

**VIVENCIANDO AS LEIS 10.639/03 E 11.645/08 NO ESPAÇO ESCOLAR:
CONHECENDO AS DIVERSAS FACES DO POVO BRASILEIRO**

**Lécia Nájla dos Santos Melo¹
Juciara Permínio de Q. Souza²**

Resumo:

Este trabalho relata as experiências da realização do projeto intitulado Educação e Identidade Cultural: a multiplicidade do povo brasileiro – FACES, realizado na Escola Municipal Osvaldo Cruz - EMOC, localizada em Ubaitaba/Bahia, durante o ano letivo de 2019, sendo construído em conjunto com os professores da área de Ciências Humanas dessa unidade escolar. Tal projeto nasceu da urgente necessidade de trazer para o espaço escolar o debate das relações étnico-raciais e seus efeitos na sociedade, em escala local e nacional. Objetivou trazer essa discussão durante o ano letivo, rompendo com a ideia da educação para as relações étnico-raciais concentrada em período específico do ano. Percebemos que o trabalho a partir de um projeto com ações delineadas de maneira horizontal se mostrou profícuo, apresentando uma importante ferramenta para aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08 no cotidiano escolar, oportunizando a discussão acerca das relações sociais e suas desigualdades, assim como fomentar o reconhecimento identitário dos estudantes, e uma educação antirracista. As atividades propostas pelo projeto contribuíram para elucidar pontos de vistas dos adolescentes que são silenciados no dia a dia e que desvelaram o preconceito e racismo que são reafirmados entre os estudantes nos relacionamentos que estabelecem, constituindo uma oportunidade de transformação.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais. Educação Antirracista. Autoafirmação identitária.

A importância de trabalhar as relações étnico-raciais no cotidiano escolar

A sociedade brasileira formada por diferentes grupos étnicos é marcada pela presença do racismo que ainda permeia o imaginário de grande parte da população, visto que os resquícios da colonialidade são reatualizados constantemente pelo pensamento hegemônico europeu. Daí a luta por uma educação antirracista e inclusiva que possibilite novos olhares para

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) *campus* Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. E-mail: leciamelo31@gmail.com

² Mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) *campus* Jequié, Bahia, Brasil. E-mail: uth31.negra@hotmail.com

os grupos historicamente excluídos e subalternizados. Nesse contexto, a escola, espaço formal de educação mostra-se como um dos ambientes mais importantes na discussão para o enfrentamento às questões raciais que provocam desigualdades sociais, políticas e econômicas.

A promulgação das leis 10.639/03 e posteriormente a 11.645/08 constituem marcos importantíssimos no tratamento às questões da diversidade étnico-raciais na escola¹. No entanto, como apontam Coelho e Coelho (2013) a inserção de temas que envolvem a diversidade étnico-racial brasileira é recente, ainda temos um ensino carregado da visão dos europeus como protagonistas, aparecendo a história dos negros e dos povos indígenas em segundo plano. Por outro lado, cabe destacar que grande parte dessa história é silenciada.

Apesar de ser a diversidade uma condição natural, o tratamento dessa questão não é algo fácil, até porque ainda hoje há esforços para a convivência com as diferenças. Considerando a diversidade étnico-racial no Brasil, podemos dizer que “cada um dos grupos que contribuiu para a formação da sociedade brasileira tem histórias, saberes, culturas e, muitas vezes, línguas diversas” (Silva; Souza, 2008, p.170). Entretanto, essas histórias, culturas e saberes são desconhecidos, e porque não dizer silenciados de todas as formas, seja nos espaços escolares, na mídia e na sociedade de modo geral. São saberes depreciados e colocados a margem diante de uma visão hegemônica, europeia que impera.

Para Silva e Souza (2008, p.170) “referir-se à diversidade significa constatar as várias diferenças sociais e culturais existentes no interior da sociedade brasileira. Reconhecer que essa complexidade envolve a problemática social, cultural e étnico-racial é o primeiro passo”. Nesse sentido, a escola é um terreno propício para trabalhar essas demandas, uma vez que esse espaço é fundamental na formação que os estudantes fazem de si mesmos, e muitas vezes a formação dessa autoimagem tende a ser carregada de preconceitos e visões racistas.

Outra questão fundamental diz respeito ao currículo escolar, ou seja, a maneira como negros, indígenas e suas culturas são apresentados e estudados nas escolas, ainda sob uma visão depreciativa e folclorizada, sendo suprimida sua importância para a formação da sociedade brasileira. Diversos pesquisadores a exemplo de Gomes (2001), Silva (2004), Cavalleiro (2001), apontam como a escola propaga aspectos legitimadores da dominação branca e de destruição de uma consciência afrodescendente e afro-indígena tanto de forma explícita quanto

¹ Promulgada em 9 de janeiro de 2003, a lei 10.639/03, torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, alterando a Lei 9.394/96. A Lei 11.645/08, amplia a lei 10.639, instituindo também o ensino da história e cultura indígena.

implícita, uma vez que minimiza as diferenças, nega conflitos na tentativa de garantir a reatualização do mito da democracia racial.

Assim, esse trabalho objetiva mostrar a importância da valorização da história e da cultura afrodescendente e indígena no currículo escolar, promovendo maior conhecimento acerca da influência desses grupos na formação da sociedade brasileira, desconstruindo preconceitos de qualquer ordem, promovendo assim a valorização das diferenças e o respeito à diversidade. Tal questão é muito importante “porque tratar de racismo é tratar daquilo que nos toca cotidianamente, da dor presente no outro e em nós mesmos! Da dor que podemos causar ou impedir” (Meinerz, 2017, p.67). Nesse sentido, visa também demonstrar que projetos dessa natureza oportunizam o reconhecimento e fortalecimento identitário dos estudantes.

O trabalho com projeto como possibilidade de construção de uma educação antirracista

Desde 2011, a Escola Municipal Osvaldo Cruz - EMOC² implementa ações que visam o combate ao racismo e a promoção e reconhecimento identitário dos estudantes. A cada ano são construídas propostas de trabalho a fim de delinear as ações, as quais geralmente são realizadas apenas no mês de novembro, em que temos o Dia Nacional da Consciência Negra. Em 2019, o projeto FACES foi pensado para ser desencadeado no decorrer do ano letivo, com algumas ações. Foi planejado e desenvolvido de forma colaborativa durante as AC's, orientado pela coordenação de área sob a responsabilidade da professora Lécia Melo, juntamente com os demais professores e professor da área de Ciências Humanas³, no entanto, no decorrer de sua aplicação professores de outras áreas também participaram do projeto, pois o mesmo gerou um movimento de engajamento na escola.

O projeto foi desenvolvido em três etapas durante o período letivo, sendo elas: 1. Gincana da Diversidade Étnico-Cultural e Simulado da Diversidade; 2. Dia de oficinas temáticas; 3. Culminância do projeto.

² A EMOC é uma das escolas públicas do município de Ubaitaba/BA, atendendo adolescentes em classes dos anos finais do Ensino Fundamental. A época do projeto possuía 14 turmas, sete no turno matutino e sete no turno vespertino. Todas participaram das ações do projeto. A referência a 2011, se dá por ter sido este o ano em que uma das autoras inicia o trabalho na unidade escolar.

³ A área de Ciências Humanas integra os professores das disciplinas de Geografia, História e Filosofia, a saber: cinco professoras e um professor.



Iniciamos essa jornada no mês de maio de 2019, planejando as ações gerais do projeto. A primeira das ações foi a 1ª Gincana da Diversidade Étnico-Cultural, atividade realizada no mesmo mês em um sábado letivo. Toda a proposta dessa atividade foi discutida entre os professores da área, com vistas a fazer desta etapa uma abertura para o projeto em construção. A gincana abordava apenas tarefas relativas a questão étnico-cultural. Os alunos foram incentivados a produzir paródias, poemas, painéis, além de provas relativas a arte negra e indígena, a exemplo de dança e música.

Figura 1: Parte de documento do planejamento da 1ª ação do Projeto FACES



Fonte: Arquivo pessoal das autoras.

Ainda nessa primeira etapa, na parte conceitual, os estudantes tiveram acesso a uma apostila com temas de reflexão crítica acerca da população negra e indígena no Brasil. Esse material contemplava uma coletânea de textos que abordavam as seguintes temáticas: o genocídio do jovem negro, a violência contra a mulher negra, os estereótipos, o racismo, o preconceito e as visões acerca dos indígenas no país. Os textos eram trabalhados durante as aulas, com atividades envolvendo leitura, interpretação e discussão oral.

Concomitante a esse estudo os estudantes foram direcionados mediante suas habilidades a desenvolverem atividades com vistas a apresentarem no dia de socialização do produto final do projeto. Assim, os estudantes se organizaram em grupos e criaram coreografias, um coral e uma peça teatral, atividades que foram organizadas e ensaiadas no decorrer do tempo de realização das demais atividades do projeto. Para essa etapa tivemos o envolvimento de professores/as de outras áreas do conhecimento, em especial, Linguagens, que inclui as disciplinas de Língua Portuguesa, Artes e Educação Física.



Para oportunizar o incentivo à leitura e escrita, promovemos um concurso de poemas, do qual participaram todos/as os/as alunos/as da escola. Os/as estudantes precisavam refletir em seus poemas acerca da questão da desigualdade racial, suas implicações e consequências. As produções que mais se destacaram foram apresentadas e premiadas no dia de Culminância do Projeto para toda a comunidade escolar.

Na segunda etapa, parte procedimental do projeto, realizamos um dia de Oficinas Temáticas, objetivando motivar os estudantes na valorização de sua autoafirmação indentitária. Foram ofertadas oficinas de dança, maquiagem para pele negra, capoeira, percussão, produção de cadernos artesanais, corte e penteado afro, teatro, pintura em tela e em parede, todas com a contribuição de voluntários que acreditam no potencial de transformação da escola. Os estudantes escolheram previamente duas oficinas para participar de acordo com suas aptidões e identidade. Assim, esse momento se constituiu em um convite a toda a comunidade escolar a repensar as diferenças étnicas e culturais, bem como reconhecer o protagonismo juvenil constituindo dessa forma um momento ímpar de interação e construção de conhecimentos no ambiente escolar. Segue abaixo alguns momentos do dia de realização das oficinas.

Figura 3: Oficina de corte de cabelo masculino



Fonte: Página da EMOC no Instagram⁴.

Figura 4: Oficina de capoeira



Fonte: Página da EMOC no Instagram.

Figura 5: Oficina de percussão

Figura 6: Quadro produzido na oficina de pintura em tela

⁴ As figuras 1, 2 e 3 e outras fotos do projeto estão disponíveis em: https://instagram.com/emoc.ubaitaba?utm_medium=copy_link. Acesso em 25 jun. 2021.



Fonte: Página da EMOG no Instagram.



Fonte: Arquivo pessoal das autoras.

As oficinas foram ofertadas nos dois turnos de funcionamento da escola, para todas as turmas, com inscrição prévia. A realização dessa etapa do projeto oportunizou um momento ímpar para a comunidade escolar, onde todos/as puderam perceber-se como participantes e colaboradores. Uma história construída na/pela escola.

A culminância do projeto, última etapa, se deu no mês de novembro, momento em que a comunidade escolar e em geral se reuniu para apreciar as várias apresentações e produções de dança, poesia, teatro, música, pinturas, desfiles, produzidos pelos estudantes a partir das oficinas, com a ajuda e parceria dos/as professores/as. O projeto envolveu durante seu desenvolvimento todas as áreas do conhecimento, colocando a comunidade escolar em um momento de profunda reflexão sobre a importância da cultura afro-indígena na formação do Brasil e na comunidade ubaitabense.

Figuras 7: Dia de culminância do projeto



Fonte: Arquivo pessoal das autoras.

Figura 8: Apresentação de dança organizado por alunas



Fonte: Arquivo pessoal das autoras.

Figura 9: Painel produzido com fotos da oficina de fotografia



Fonte: Arquivo pessoal das autoras.

Resultados e Discussão

A realização do Projeto FACES demonstrou a urgente necessidade de trazer para o cotidiano da escola discussões acerca das questões étnico-raciais, para além de trabalhos pontuais realizados tão somente em datas específicas. Justamente isso é o que preconiza as leis 10.639/03 e 11.645/08 quando orienta o estudo da história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros no âmbito de todo o currículo escolar. Nesse sentido, a pretensão foi incluir as temáticas em ações ao longo do ano letivo promovendo essa discussão de forma horizontal.

A participação dos estudantes nas duas etapas do projeto se deu de maneira satisfatória. No que diz respeito a parte conceitual, percebemos que as discussões contribuíram para elucidar pontos de vista que muitas vezes não são verbalizados, mas tendem a permear as relações dos adolescentes entre seus pares e que reafirmam o preconceito e o racismo, dessa maneira, precisamos ver na escola um lugar onde os estudantes possam expressar suas ideias. A realização das oficinas temáticas contou com a participação voluntária deicineiros, o que constituiu um momento de integração e fortalecimento da relação da escola com a comunidade, foi também uma oportunidade de troca de experiências entre os participantes que conduz a uma reflexão prática do que se trabalha levando a uma autoafirmação da identidade, de maneira que

os estudantes se reconheciam dentro dessas atividades, as quais revelavam seus saberes e pertencimentos étnicos.

Conseguimos perceber o trabalho com o projeto como um processo formativo de incentivo a execução das leis 10.639/03 e 11.645/08 na escola, da mesma forma trabalhar essas leis é conseqüentemente discutir as relações sociais. Incentivamos também os estudantes e a comunidade escolar de modo geral a perceberem a importância e profundidade dessa temática que precisa ser cada vez mais trabalhada de forma cotidiana. Ressaltamos a importância da participação de professores de outras áreas do conhecimento nas ações desse projeto, em especial, a área de Linguagens, bem como a parceria da comunidade.

Percebemos a importância da leitura e pesquisa de materiais que abordem as questões étnico-raciais no chão da escola como forma de desenvolver uma educação antirracista. Notamos o quanto atividades dinâmicas como a realização de oficinas promove maior envolvimento dos estudantes no reconhecimento de sua identidade. Neste sentido, o relato dessa experiência vem para contribuir com as discussões a respeito da educação para as relações étnico-raciais nas escolas públicas, sabendo que esse assunto precisa ser cada vez mais abordado, pois suas discussões não se esgotam justamente por causa da imensa complexidade que o envolve.

Referências

BRASIL. **Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003a, p. 01. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em 23 jun. 2021.

BRASIL. **Lei 11.645/08 de 10 de março de 2008**. Altera a Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007_2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em 23 jun. 2021.

CAVALLEIRO, E. S. Discursos e Práticas racistas na Educação Infantil. In: CAVALLEIRO, E. S. (Org). **Racismo e Anti-Racismo na Educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Sammus, 2001.

COELHO, W. N. B.; COELHO, M. C. **Os conteúdos étnico-raciais na educação brasileira: práticas em curso. Educar em Revista.** Curitiba, n. 47, p. 67-84, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n47/06.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

GOMES, N. L. Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre algumas Estratégias de Atuação. In: MUNANGA, K. (org.). **Superando o racismo na escola.** 3ª ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

MEINERZ, C. B. **Ensino de História, Diálogo Intercultural e Relações Étnico-Raciais.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 59-77, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edreal/v42n1/2175-6236-edreal-42-01-00059.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SILVA, G. J.; SOUZA, J. L. Educar para a diversidade étnico-racial e cultural: desafios da educação inclusiva no Brasil. **Inter-Ação:** Rev. Fac. Educ. UFG v. 33, n. 1. p. 169-192, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/4256/4180>. Acesso em 22 jun. 2021.

SILVA, A. C. **A Discriminação do Negro no Livro Didático.** 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2004.